



CONFLITOS E VIOLÊNCIA NO CAMPO: CASOS REGISTRADOS EM GOIÁS NA ÚLTIMA DÉCADA (2011-2020)

Anna Lígia Alves Coelho¹
Antônia Maria Nascimento Silva²
Evandro César Clemente³

RESUMO

O Brasil enfrenta sérios problemas com relação à sua estrutura fundiária, ou seja, enquanto a minoria concentra grandes extensões de terra e os meios de produção, a maioria da população do campo vive, muitas vezes, em situações de pobreza. Essas relações de agricultura capitalista *versus* a resistência dos trabalhadores do campo, resulta em desigualdades e disputas territoriais, se agravando com a violência e os conflitos no campo. Os dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, disponíveis nos Cadernos de Conflitos no Campo - Brasil, apontam um ambiente de guerra no campo brasileiro, marcado por violência e insegurança, que é evidenciado pelo alto número de ameaças, assassinatos, tentativas de assassinatos e agressões. Como recorte territorial do estudo, têm-se o estado de Goiás que é reconhecido nacionalmente pela intensa produção agropecuária. A partir disso, analisamos os dados a respeito dos conflitos no campo no estado de Goiás, tendo como base a última década (2011-2020). A discussão é importante pois possibilita perceber como a questão da luta terra, especificamente, se insere no debate sobre a expansão do agronegócio e conflitos no campo.

Palavras-chave: Conflitos no campo, Manifestações no campo, Resistência camponesa, Goiás.

RESUMEN

Brasil enfrenta serios problemas en cuanto a su estructura agraria, es decir, mientras la minoría concentra grandes extensiones de tierra y los medios de producción, la mayoría de la población rural a menudo vive en la pobreza. Estas relaciones de la agricultura capitalista versus la resistencia de los trabajadores rurales resultan en desigualdades y disputas territoriales, que se agravan con la violencia y los conflictos en el campo. Los datos recopilados por la Comisión Pastoral de Tierras - CPT, disponibles en Conflictos en el Campo - Brasil, apuntan a un ambiente de guerra en el campo brasileño, marcado por la violencia y la inseguridad, que se evidencia por el alto número de amenazas, asesinatos, intentos de asesinato y agresiones. Como recorte territorial del estudio, se encuentra el estado de Goiás, que es reconocido a nivel nacional por su intensa producción agrícola. A partir de esto, analizamos los datos sobre conflictos en el campo en el estado de Goiás, con base en la última década (2011-2020). La discusión es importante porque permite ver cómo el tema de la lucha por la tierra, específicamente, se inserta en el debate sobre la expansión de la agroindustria y los conflictos en el campo.

¹ Mestranda pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Jataí – UFJ, annaligiac@gmail.com;

² Mestranda pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Jataí – UFJ, antonia.nasc.silva@gmail.com;

³ Docente do Curso de Geografia da Universidade Federal de Jataí – UFJ, evandroclemente@gmail.com



Palabras clave: Conflictos en el campo, Manifestaciones en el campo, Resistencia campesina, Goiás.

INTRODUÇÃO

*Sobra para uns poucos. Falta para muitos outros e se
Agravam as desigualdades
A esperança sofre aborto, o sonho já nasce morto.
Nessa triste realidade.
O sistema gera um disfarce pra abafar a luta de
classes, mas é clara a exclusão.
E que a chama não se apague, só com a luta é que
nasce
uma nova NAÇÃO!
(Reforma Agrária – Sangue Derramado)*

O trecho musical descrito acima, nos lembra o quanto os mecanismos capitalistas intensificam as desigualdades sociais e, em contrapartida, inspira e impulsiona o movimento de luta pela conquista da terra. Ou seja: enquanto a minoria concentra grandes extensões de terra e os meios de produção, a maioria da população do campo vive, muitas vezes, em situações de pobreza. A terra e o uso dela adquirem percepções diferentes para determinados sujeitos, por exemplo, a relação do camponês com a terra parte da ideia do modo de vida, já a percepção do grande proprietário tem seu objetivo exatamente na exploração da terra e na acumulação do capital. O resultado desse embate é a intensa disputa territorial e, conseqüentemente, os casos de conflitos no campo.

Esse contexto se acentua com o incentivo de políticas públicas que defendem a exploração desenfreada da terra, as quais apoiam a expansão da agricultura capitalista, o que na maioria das vezes, gera a sensação de “desenvolvimento/avanço”. Porém, esse sistema concentra-se nas mãos de poucos e, esse modelo de produção e reprodução social, extremamente predatório e desigual, vem intensificando as contradições sociais. (MIZUSAKI; SOUZA, 2020). A própria estrutura do agronegócio acaba por produzir desigualdade e impacto social, ambiental e também territorial.

A partir disso, têm-se como objetivo principal analisar os dados dos conflitos no campo entres os anos 2000 e 2011, tendo como recorte territorial o estado de Goiás. Documentar e analisar esses conflitos é essencial para que sejam traçadas políticas e



ações que construam apoio para o campo. Neste contexto, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é uma entidade de apoio aos povos camponeses, faz o levantamento de dados a respeito das “lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia, por diversos meios, sobretudo através de seu Boletim, a violência sofrida pelos povos e comunidades” (CPT, 2020). Esse conteúdo é divulgado de forma virtual e por meio de ações da CPT, com apoio de pesquisadores e universidades.

A discussão a respeito é importante pois possibilita perceber como a questão agrária e seus aspectos se inserem no debate a respeito da expansão do agronegócio e da violência no campo. A partir desse debate é possível compreender questões como, a migração de camponeses para as cidades, a relação entre a expansão da agricultura capitalista e o aumento dos conflitos no campo - tanto do país quanto do estado de Goiás.

METODOLOGIA

A metodologia baseou-se em revisão bibliográfica de obras que abordam temas da Geografia Agrária, com ênfase em conflitos no campo em território nacional e estadual, expansão da agricultura capitalista, território e disputas territoriais, de autores já citados.

Quanto a abordagem quantitativa, baseou-se em dados de fontes secundárias como o Caderno de Conflitos no Campo organizado pela CPT, o qual traz informações decorrentes de dados registrados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC). Como metodologia cada caderno é dividido por ano, ou seja, cada período compreende a um caderno, que contém informações e dados sobre:

- 1) Conflitos por terra, que correspondem a ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais – envolve geralmente grupos de posseiros, assentados, quilombolas, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, sem-terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, etc. Também contém os dados de retomadas e ocupações de terra e os acampamentos, as quais são ações coletivas das famílias sem-terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, têm como reivindicação terras que não cumprem a sua função social;



2) Conflitos pela água, que visam a garantir o uso e a preservação das águas – envolve também a luta dos povos e comunidades frente à mineração, os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados;

3) Conflitos trabalhistas, os quais compreendem os casos em que a relação trabalho *versus* capital indica a existência de trabalho escravo e superexploração. As ocorrências de greves também integram nos dados dos conflitos trabalhistas;

4) Manifestações no campo, que são ações coletivas dos camponeses, que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas. (CPT, 2020)

A coleta e análise dos dados presentes nos cadernos da última década possibilitou a representação por meio de tabelas dos processos de ocupação e casos de disputas territoriais no estado de Goiás.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os conflitos no campo decorrem, de um lado da ação dos movimentos sociais que lutam contra a desigualdade relacionada à apropriação da terra e aos recursos naturais. Por outro lado, têm-se os grandes proprietários que visam a concentração e exploração desenfreada da terra. E em consequência disso “o acirramento de disputas de classe, com o conseqüente aumento das violências no campo e na cidade, assim como o agravamento da crise estrutural do capital são os desafios que se colocam. ” (MIZUSAKI., SOUZA, 2020, p. 410).

O debate a respeito dos conflitos no campo remete a temáticas como uso, posse e apropriação da terra, concentração fundiária, renda da terra, expropriação, conflitos por terra e água, entre outros. Como referencial teórico, alguns autores balizam essa discussão, como por exemplo Martins (1991, 1995), Stedile (2005), Cleps Junior (2010) Fernandes (2014), Girardi (2016).

Como recorte territorial do estudo, o estado de Goiás ganha destaque no que diz respeito ao agronegócio nacional, em função dessa posição o estado tem grande concentração de terra e um cenário de desigualdades absurdas. Autores como Mendonça (2015), Calaça e Minerovski (2020), contribuem a respeito.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Stédile (2012) aponta que a questão agrária brasileira tem reflexo desde o período da colonização do território nacional. Desde então há disputa pela posse, uso e propriedade de terra, com lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no processo de expansão do capitalismo.

Os ideais que balizam a agricultura capitalista, fundada na concepção de “desenvolvimento econômico”, expropriam de forma violenta os sujeitos do campo. Para Siqueira (2012, p. 370) “[...] o capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza, por outro; jamais eliminará um ou outro”. Esse padrão capitalista atinge diretamente os camponeses, ocasionando, conseqüentemente, conflitos no território agrário.

A este respeito Clemente e Cleps Júnior (2020) apontam que:

A questão agrária vem sendo “mascarada” no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 1970, sob a égide da necessidade de promover o crescimento econômico e gerar divisas internacionais para o país por meio da produção de *commodities* para exportação. Já está mais do que comprovado que este crescimento econômico estruturado nas bases do padrão de uma agricultura capitalista, tem sido responsável pela geração de uma série de variados outros problemas, como a expropriação, marginalização social, subemprego, empregos em condição análoga à escravidão, contaminação por agrotóxicos, dentre muitos outros problemas. Porém, tudo se torna “irrelevante” frente ao crescimento econômico e à geração de divisas que este setor proporciona, como também ao enriquecimento de uma parcela minoritária da população (CLEMENTE; CLEPS JÚNIOR, 2020, p.310)

A partir da disputa territorial que é reflexo da questão agrária brasileira, os dados levantados e disponibilizados pela CPT, revelam um ambiente de violência e de insegurança no campo. De acordo com o Caderno de Conflitos no campo 2020, na Figura 1, “os últimos dez anos totalizaram 10.077 ocorrências de conflitos por terra no país. Na década anterior – 2001 a 2010 –, foram registrados, no total, 6.050.” (CHAVES, 2020, p. 26). Percebemos então, numa referência nacional, que foi uma década alarmante e uma diferença expressiva no número de conflitos.



Figura 1: Conflitos no campo no Brasil entre 2011 e 2020

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Conflitos por Terra										
Ocorrências (1)	818	828	802	820	828	1.112	1.033	1.000	1.260	1.576
Ocupações/ Retomadas	211	255	245	223	234	224	193	157	46	29
Acampamentos	32	15	15	22	30	25	13	20	5	3
Total (2)	1.061	1.098	1.062	1.065	1.092	1.361	1.239	1.177	1.311	1.608
Assassinatos	30	34	30	37	49	61	70	27	27	14
Pessoas Envolvidas	491.660	471.160	461.065	622.495	642.005	736.590	639.715	664.470	580.228	687.872
Hectares	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	230	170	142	132	80	68	67	86	89	96
Assassinatos			1							
Pessoas Envolvidas	3.929	3.002	1.730	2.494	1.760	751	532	1.465	880	1.104
Superexploração	30	14	13	10	6	1		5	1	
Assassinatos			2		1	1		2	3	
Pessoas Envolvidas	466	73	142	294	125	2		14	3	
Total	260	184	155	142	86	69	67	91	90	96
Conflitos pela Água										
Conflitos	69	78	103	131	151	177	199	279	502	350
Assassinatos		2	2			2	1	1	2	4
Pessoas Envolvidas	140.285	145.755	158.180	204.255	217.710	223.455	178.090	379.035	317.524	225.168
Outros (3)										
Conflitos		36	12							
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas		26.005	1.350							
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Conflitos	1.390	1.396	1.332	1.338	1.329	1.607	1.505	1.547	1.903	2.054
Assassinatos	30	36	35	37	50	64	71	30	32	18
Pessoas Envolvidas	636.340	619.990	621.117	829.538	861.600	960.798	818.337	1.044.984	898.635	914.144
Hectares	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957

Fonte: Caderno de Conflitos no Campo 2020, CPT.

O ano de 2020 atingiu o triste recorde de 2.054 conflitos no campo no Brasil, sendo a maioria por causa da terra, esses conflitos resultaram também em 18 assassinatos – dos quais sete das vítimas eram indígenas (CPT, 2020).

Como recorte territorial do estudo, o estado de Goiás foi intensamente incorporado na tecnificação agrícola, sobretudo com o apoio do Estado e de créditos concedidos. Como aponta Calaça e Misnerovicz (2020):

Outro elemento importante na análise do avanço do capital no campo, em Goiás, foi a consolidação do modelo hegemônico no conjunto de programas estruturantes criados e implementados a partir da década de 1980, pelos governos do estado de Goiás, em consonância com as instituições financeiras do governo federal. Entre esses programas, destacam-se o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás



(FOMENTAR) e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODUZIR)⁵, os quais se alinham às políticas financistas do governo federal de fortalecer o projeto hegemônico para o campo, idealizado pela burguesia nacional. CALAÇA; MISNEROVICZ (2020, p. 170)

Com esses programas de incentivo financeiro e outros disponibilizados por meio privado, “o agronegócio, seguindo o processo de territorialização de empresas nacionais e multinacionais, vem ocupando boa parte das terras em Goiás” (CALAÇA; MINEROVSKI, 2020, p. 176), ou seja, a expansão da agricultura capitalista tem avançado e, partir disso concentrado e explorado terras.

Os milhares de camponeses, com suas experiências, vivências, costumes, territorialidades, maneiras de produzir e trabalhar com a terra, em busca de trabalho e renda, em contraponto ao avanço do capital e exploração no Cerrado goiano, têm resistido em uma intensa disputa por território que permeia por vários anos e contextos. Todavia essa disputa é desigual e, muitas vezes, violenta. Como apontam Calaça; Jesus; Borges e Mauro (2020):

Assim, a luta pela terra no estado de Goiás se caracteriza como luta em defesa da vida e que antecede a luta pela reforma agrária, mas continua concomitante a ela. Porque ousar lutar pela terra aqui significa enfrentar uma estrutura fundiária atrasada, a violência dos “senhores da terra” que relutam em renunciar os privilégios mantidos e repassados a gerações, além do poder de um Estado arraigado nos interesses das elites dominantes. CALAÇA; JESUS; BORGES e MAURO (2020, p. 339)

A maioria dos assentamentos rurais, por exemplo, tem sido fruto dos movimentos de ocupações e da pressão popular dos povos do campo. Porém, as iniciativas do atual governo deixam claro seu posicionamento a favor das elites agrárias e contra os movimentos populares do campo. (FABRINI, 2001)

Em meio ao embate entre as elites dominantes e a resistência dos camponeses, a questão agrária brasileira sofre impactos diretos em relação ao processo democrático do país. Para os neoliberais, as políticas públicas com base social que configura as ações do Estado, na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pela acumulação capitalista, são consideradas um dos maiores entraves ao “desenvolvimento”. Quando estendemos essa análise para o meio camponês é possível identificar o abismo existente entre a elite agrária e os trabalhadores camponeses. A partir da eleição em 2018 de um governo de base conservadora, com interesses voltados para a exploração desenfreada



dos recursos naturais, que exclui pautas sociais relacionadas aos interesses das minorias – isso inclui ribeirinhos, assentados, acampados, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, percebe-se uma conjuntura preocupantes para esses grupos. A este respeito, Cleps Jr. (2018) ressalta que:

A conjuntura da questão agrária atual em análise aponta para o fim da Reforma Agrária com a ampliação de medidas neoliberais como ajuste fiscal, tanto por meio das restrições nos gastos públicos ou novos arranjos institucionais e legais. O enfraquecimento das políticas fundiárias decorre também do incremento econômico e poder político do agronegócio, associado ao crescimento do espaço político da Bancada Ruralista, como efeito imediato de seu apoio incondicional ao impeachment da presidente Dilma Roussef. (CLEPS JR. 2018, p. 653)

A partir dessa conjuntura da questão agrária, com a intensa disputa territorial, em Goiás nesta última década foram registrados 278 conflitos no campo, como demonstrado na Tabela 1, com destaque para um aumento nos casos nos últimos dois anos.

Tabela 1: Conflitos no campo em Goiás (2011-2020)

Conflitos no campo em Goiás (2011-2020)	
Ano	Nº de conflitos
2011	33
2012	32
2013	13
2014	21
2015	39
2016	27
2017	21
2018	21
2019	34
2020	37
Total	278

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo, CPT

A disputa por acesso à terra no estado também é recorrente da grande concentração fundiária, conforme os dados da CPT, na Tabela 2, o ano com maior número de conflitos por terra em Goiás foi em 2019, com 28 casos registrados, seguido pelo ano de 2020 que foram registradas 19 ocorrências.



Tabela 2: Conflitos por terra em Goiás entre 2011-2020

Conflitos por terra em Goiás (2011-2020)	
Ano	Nº de casos
2011	3
2012	6
2013	4
2014	7
2015	16
2016	10
2017	9
2018	6
2019	28
2020	19
Total	108

Fonte: Caderno de Conflitos no Campo, CPT

A atual conjuntura política traz à tona as preocupantes iniciativas contra o trabalhador do campo, que vive da agricultura camponesa, e que colabora diretamente com a soberania alimentar do país. Essas iniciativas vêm favorecendo o padrão latifundiário, afrouxando as leis que envolvem questões ambientais, agrárias, territoriais e também o fortalecimento da liberação do uso de agrotóxicos que em outros países são severamente proibidos, considerados como verdadeiros venenos. A este respeito Alentejano ressalta que:

As políticas fundiárias levadas a cabo pelo governo Bolsonaro no primeiro ano de mandato têm três marcas fundamentais: (1) a suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas; (2) a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração e a construção de hidrelétricas; (3) a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia. (ALENTEJANO, 2019. 365-366)

Na Tabela 3, observa-se os dados referentes aos conflitos resultantes das ocupações/retomadas de terra. A queda nos registros nos últimos anos nos remete a analisar que as políticas voltadas para os camponeses e, nesse caso, trabalhadores rurais sem-terra, estão completamente paralisadas. Observa-se um processo democrático atual em que os movimentos sociais, de uma forma geral, têm sido criminalizados.



Tabela 3: Ocupações/retomadas em Goiás entre 2011-2020

Ocupações/retomadas em Goiás (2011-2020)	
Ano	Nº de casos
2011	3
2012	13
2013	7
2014	3
2015	19
2016	8
2017	8
2018	1
2019	1
2020	2
Total	65

Fonte: Caderno de Conflitos no Campo, CPT

Percebe-se que a estrutura agrária brasileira está voltada para os interesses dos grandes proprietários de terra. De fato, o projeto da atual base de governo do país é desestabilizar os movimentos sociais das cidades e do campo e enfraquecer os mesmos.

É necessário chamar atenção para os registros os conflitos trabalhistas envolvendo trabalho escravo, no último ano foram 8 ocorrências em Goiás, com mais de 40 pessoas envolvidas (CPT, 2020). A maioria dos casos são relacionados a exploração do trabalho escravo em situações de mineração ilegal, que tem sido cada vez mais presente em território nacional.

Tabela 4: Casos registrados de trabalho escravo em Goiás entre 2011-2020

Trabalho escravo em Goiás (2011-2020)	
Ano	Nº de casos
2011	27
2012	13
2013	0
2014	9
2015	2
2016	1
2017	2
2018	9
2019	0
2020	8
Total	71

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo, CPT



Todos esses registros apontam a necessidade de se reconsiderar a questão agrária no país, e repensar o reflexo da intensa disputa territorial. Quando analisada a violência no campo é possível abranger uma série de acontecimentos, seja a violência contra os trabalhadores do campo, o uso intenso de agrotóxicos, conflitos armados, invasão de território por parte de latifundiários afim de espalhar a ideia da agricultura capitalista que visa o valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território agrário brasileiro, que tem suas raízes na concentração de terras, reflete de forma clara suas desigualdades e violências contra os trabalhadores do campo. Os dados registrados pela CPT trazem um alerta para a conjuntura atual no país, e também para o Estado de Goiás. Percebe-se as políticas públicas voltadas para os interesses dos camponeses vêm sofrendo os impactos das ações neoliberais dos últimos anos. Toda essa intensidade na exploração desenfreada da terra e dos recursos naturais, concentração fundiária e expansão da agricultura capitalista, ocasionam uma disputa territorial intensa e desigual.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da Anpege**. v.16, n. 29. P. 353. 2020.
- CALAÇA, M., JESUS, J. N., BORGES, R. E., MAURO, R. A. Questão Agrária e Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária no Estado de Goiás no Contexto das Transformações Territoriais. **Campo Território**. V. 15, p. 314-342, 2020.
- CALAÇA, M., MISNEROVICZ, J. V. Agronegócio, campesinato e as especificidades da territorialização do capital em Goiás. **Ateliê Geográfico**. V. 14, P. 163 – 188, 2020.
- CHAVES, P. R., “Fala Parente!” “Fala Comadre!” “Fala Vizinho!” “Fala Irmão!” – Resistência Camponesa, Indígena e Quilombola em tempos de pandemia da COVID-19. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2020**. P. 24-36 Goiânia-Go, 2021.



CLEMENTE, E.; CLEPS JUNIOR, J. Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás. **Revista NERA**. v. 23, n. 53, p. 288-314. 2020.

CLEPS JR., J. Descaminhos da Reforma Agrária no Contexto das Reformas Neoliberais e da Crise Político-Institucional no Brasil, **Revista OKARA**. v.12, n.2, p. 649-663, 2018.

CLEPS JUNIOR, J. Questão agrária, Estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 35-54.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Maio de 2021. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>>. Último acesso em 17 de Maio de 2021.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente/SP, 2001.

FERNANDES, B. M. Questão agrária e capitalismo: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Reforma Agrária**, São Paulo, ano 35, v. 1, p. 41-53, 2014.

GIRARDI, E. P. Conflitualidade da questão agrária brasileira. In: FERNANDES, B. M.; PEREIRA, João Márcio Mendes (Org.). **Desenvolvimento territorial e questão agrária**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 83-116.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MIZUSAKI, M. Y.; SOUZA, J. G.. O Campo Brasileiro e a Destituição de Direitos: Impasses dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Movimentos de Luta Pela Terra/Território Frente ao Ultraliberalismo. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, V. 4, P. 390-416, dez, 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 15-31.